

# JUVENTUDE DO CAMPO E O PROTAGONISMO NAS LUTAS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO 14 DE AGOSTO – RONDÔNIA <sup>1</sup>

**Josiane Santos de Souza**<sup>2</sup>

**Juliana da Silva Nóbrega (orientadora)** <sup>3</sup>

## RESUMO

Neste artigo apresentamos a experiência do Grupo Coletivo 14 de Agosto, com propósito de narrar o protagonismo que a juventude, assumi no Grupo e nos movimentos sociais a que pertencem. O Grupo Coletivo é constituído de famílias que organizam o trabalho de forma coletiva no campo. Além de a cooperação estar presente na organização da produção, o grupo assume um papel político importante também no que diz respeito ao enfrentamento desse modelo capitalista. Por entender a importância da produção do conhecimento a partir do ponto de vista de quem vivencia a experiência, utilizou-se como metodologia a perspectiva da pesquisa-ação. Considerando a problemática da saída dos jovens para a cidade, é possível pensar maneiras que contribua com resistência, tais como a auto-organização e a autonomia. Diante dos relatos e das entrevistas, entende-se e reforça a importância de assumir tarefas que possibilitem aos jovens se sentirem pertencentes ao meio em que vivem, de criar espaços como o do Coletivo que permitam maior participação do jovem como sujeitos do campo. Percebe-se que a juventude está presente em todos os espaços do movimento e do Grupo Coletivo. Considerando que a escola, o movimento e o grupo são espaços de luta e de trabalho, simultaneamente educativos e que, em virtude disso, criam-se uma consciência política e acreditamos na educação como prática da liberdade.

**Palavras-chave:** Grupo Coletivo. Movimentos sociais. Juventude do campo.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Assentamento 14 de Agosto, localizado no município de Ariquemes, Rondônia, com um grupo de famílias denominado “Coletivo 14 de Agosto”. Este coletivo é composto por 26 pessoas que, desde 2003, vem organizando o trabalho de forma coletiva, sendo em comum, a terra, o trabalho, e a cozinha. Todas elas estão inseridas nas lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ali, a juventude desenvolve um papel

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: josianesantossouza@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Psicologia – DEPSI – Universidade Federal de Rondônia – (UNIR). Email: juliana.nobrega@unir.br

preponderante tanto no grupo como em suas organizações sociais, assumindo os compromissos necessários em ambos.

O tema “*Juventude do campo: protagonismos nas lutas sociais a partir da experiência do Coletivo 14 de Agosto*” surge do interesse em discutir experiências que ajudam a pensar sobre o cenário vivido pela juventude<sup>4</sup> brasileira na atualidade. Assume relevância ao promover uma reflexão sobre o assunto em uma época de grande migração das famílias do campo para a cidade. De acordo com Gonçalves (2010), a migração é ocasionada por diversos fatores, como circunstâncias familiares, e sociais, como condições de trabalho, estudo, lazer, e a questão hierárquica. Dentre as pessoas que migram e dificilmente retornam ao campo, estão os jovens, que em busca de trabalho saem das terras da família para cidade. Conforme Brumer (2007),

Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalhos remunerado (fatores de atração) e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão) (BRUMER, 2007, p.36).

Nos fatores de expulsão a autora apresenta duas questões a se refletir sobre a existência do camponês e os fatores que o motivam a sair do campo: fatores de mudança e de estagnação. Os primeiros estão relacionados as relações capitalistas no mundo rural, como a modernização do campo e outros. Já os de estagnação dizem respeito a crescente indisponibilidade de áreas de cultivo, diretamente ligadas a insuficiência de terras boas e pelo monopólio dos grandes proprietários (SINGER *apud* BRUMER, 2007).

Esses fatores têm consequências negativas para as famílias camponesas. Dentre outras problemáticas, Brumer (2014) apresenta a questão da sucessão geracional, a diminuição da população rural e seu envelhecimento. Brumer *apud* Silvestro et al (2001) aponta que muitas unidades produtivas tendem a se extinguir, uma vez que, diante das transformações ocorridas os pequenos agricultores estão sendo tomados pelas grandes propriedades.

Nesse cenário, o que podemos pensar é que a tendência é a homogeneização do campo pelas grandes propriedades, e assim sendo, as cidades surgem como alternativa. Mas na cidade não há emprego suficiente a todos, o estudo não é acessado com facilidade, e também

---

<sup>4</sup> Entendemos juventude aqui a partir de Pierre Bourdieu: “que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU. 1983, p.2). Assim, juventude é uma noção aberta, dependente das construções sociais, locais. Para o autor, de fato, “a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades”. Fora dessas relações sociais localizadas “juventude é apenas uma palavra”. A partir de contribuição de Bourdieu, não fechamos na idade cronológica, mas a forma como as pessoas se veem, se autodefinem e se identificam como jovens.

o jovem, em geral negro/a, não encontra alternativas<sup>5</sup>. Trabalho e educação, compreendidos como duas dimensões que poderiam contribuir para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, ao contrário, estão cada vez mais inacessíveis e precários no Brasil<sup>6</sup>.

A educação no Brasil sempre se apoiou no pressuposto da adaptação aos moldes capitalistas de produção, a partir de uma concepção de vida muito urbana. Oliveira e Campos (2012) falam sobre a origem do modelo de educação rural brasileiro:

Educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade [...] (OLIVEIRA, CAMPOS, 2012, p.238).

Desde sua origem até a atualidade, a educação rural tem como perspectiva capacitar mão de obra para o mercado com a ideia de ter um emprego na cidade. A educação tradicional aborda o campo como atraso, “as políticas voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então, no sentido de urbanizar o espaço rural” (MUNARIM, 2006, p.19). Essa concepção de educação contribui para não permanência dos jovens no campo, pois a tendência é pensar que realmente na cidade é que se há garantia de vida. A educação brasileira atual está, portanto, ligada ao projeto capitalista: “Compreendendo o rural como uma relação social do campo, a Educação é pensada como forma de inserção no modelo de desenvolvimento predominante, no caso, o agronegócio” (MOLINA, 2006 p. 38,).

De outro lado, a Educação do Campo, em cujo terreno realizamos esta pesquisa, propõe a formação de sujeitos protagonistas de suas histórias, retomando e/ou fortalecendo os laços comunitários e de pertencimento ao campo. Trata-se de uma outra perspectiva de educação que tem como concepção a reafirmação e a valorização do território camponês e dos sujeitos que a ele pertencem.

É uma educação fundada na relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de Reforma Agrária, na luta pela desconcentração das terras e contra o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde (CALDART, 2012, p.263).

---

<sup>5</sup> 78 milhões de brasileiros não tem acesso aos direitos básicos, aponta o IBGE.

<sup>6</sup> Segundo dados do IBGE, a taxa do desemprego em 2019, no Brasil, sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho.

Trazer à tona a história de um grupo que luta contra esse modelo de desenvolvimento agrário e de educação é também possibilitar reflexões sobre os desafios da educação do campo. O Coletivo 14 de Agosto existe há cerca de 15 anos e surge após muitas experiências de trabalho. Desde a época de acampamento, ainda na década de 1990, já vinham desenvolvendo algumas práticas coletivas de trabalho, a partir do processo de discussão dentro do MST sobre a cooperação agrícola.

Em sua história de formação a presença dos jovens sempre foi importante. Tendo em vista a participação da juventude nas diferentes gerações do Coletivo 14 de Agosto, perguntamos: podemos afirmar a existência de um protagonismo da juventude no Coletivo 14 de Agosto? Quais fatores levaram a esse protagonismo? Como isso ocorreu ao longo da história do grupo? Há diferentes formas de inserção e participação dos jovens nas diferentes gerações?

Tomamos, portanto, como objetivo geral desta pesquisa *narrar* o protagonismo da juventude, contando a história do Coletivo 14 de Agosto, a partir das perspectivas dos que hoje são adultos, mas eram os jovens no início do grupo e dos que são jovens neste momento.

Como objetivos específicos, decidimos:

- 1) Identificar os fatores que influenciaram a juventude, em suas diferentes temporalidades, a desenvolver seu protagonismo;
- 2) Compreender a atuação da juventude no trabalho do grupo;
- 3) Conhecer a contribuição da juventude nos movimentos sociais do campo (MST e MPA).

Como a experiência de coletivização de terras e trabalho do Coletivo é de extrema importância para compreensão da luta social deste grupo, optamos por realizar esta pesquisa de forma coletiva. Compreendemos o coletivo como princípio pedagógico, inspiradas em Makarenko (2010, p.45) e partindo da “premissa de que era preciso construir, também, uma nova sociedade, em que o coletivo prevalecesse sobre o individual”.

Poucas são as experiências coletivas de trabalho e/ou de coletivização de terras em assentamentos no Brasil e as que existem apontam para a importância do processo de convivência intensa entre os membros da comunidade e para o caráter pedagógico dessa vivência. Estudar a juventude e protagonismo no campo nos processos de coletivização da terra instiga também o estudo dos processos de autogestão e auto-organização. A partir daí, pretendemos sugerir possíveis transformações na realidade da juventude do campo e pensar formas de garantia de sua autonomia nesta sociedade.

## **1 METODOLOGIA**

*“Os usuários não são considerados como atores. Ao nível da pesquisa, o usuário é mero informante, e ao nível da ação ele é mero executor” (THIOLLENT, 1986, p.19).*

Construímos esta pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, pois a finalidade foi compreender todo o processo de constituição desse grupo. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (ENGEL; TOLFO, 2009, p.31). Trata-se de analisar a diversidade de situações em que estamos envolvidos, não existindo um fato isolado que nos tenha determinado, mas um conjunto de variáveis que permite compreender a totalidade do nosso grupo.

Entretanto, nas formas tradicionais de conceber e fazer a pesquisa qualitativa, está sempre presente a ideia de que quem pesquisa é de "fora" da comunidade ou do contexto pesquisado. Algumas pesquisas já foram realizadas no grupo, sempre com esse olhar externo (ARAÚJO, 2016; NÓBREGA, 2013; SOUZA, 2011). Por entender a importância da produção do conhecimento a partir do ponto de vista de quem vivencia a experiência e não apenas por outros, este trabalho foi desenvolvido a partir da perspectiva da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1999)<sup>7</sup>.

Na pesquisa tradicional sempre houve a ideia de separação do pesquisador e do pesquisado. Em uma pesquisa convencional, em geral, não há abertura dos pesquisadores para participação dos usuários ou pessoas da situação observada” nem na construção da pesquisa nem na execução da mesma. O pesquisador é, frequentemente, alguém que vem de fora do grupo, que observa e descreve aquilo que se observa, sem que os sujeitos participem do processo. Entendendo a importância da produção coletiva do conhecimento, este trabalho foi desenvolvido, portanto, *do grupo sobre o grupo*.

Para Thiollent,

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.15.).

---

<sup>7</sup> Por este motivo, adotamos a primeira pessoa do plural para nos referirmos a quem produziu essa pesquisa, a saber os participantes do Coletivo 14 de Agosto, pela colaboração, dedicação e envolvimento com a pesquisa.

A pesquisa-ação, segundo Thiollent, “é uma forma de engajamento sócio-político a serviço da causa das classes populares” (THIOLLENT, 1986, p.14), portanto, a pesquisa se torna um compromisso social, de transformação da realidade, através do conhecimento e da oportunidade para a reflexão crítica daquilo que é vivido. Ao longo de todo o processo de pesquisa, pudemos perceber nossa história, analisando como a escola, os movimentos e o grupo coletivo foram importantes na nossa formação, para nos emancipar humanamente, socialmente e politicamente, contribuindo para sermos sujeitos de luta na transformação social.

O autor apresenta os principais aspectos da pesquisa - ação, que comentaremos a seguir:

a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; (THIOLLENT, 1986, p.16). Neste caso, a ideia inicial partiu de mim, que escrevo este trabalho, porém, diferentemente de outros pesquisadores, também faço parte do grupo.

b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta (THIOLLENT, 1986, p.16). Inicialmente, os objetivos foram apresentados para o grupo e reconstruídos por todos os participantes, o mesmo em relação aos procedimentos de pesquisa;

c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação (THIOLLENT, 1986, p.16). Neste caso, o estudo sobre a juventude pela própria juventude é parte de uma leitura social dos problemas relacionados ao grupo e a realidade dos jovens do campo;

d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada (THIOLLENT, 1986, p.16). Aqui, voltamo-nos para o desejo e necessidade de escrevermos nós mesmos a história da nossa juventude;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação (THIOLLENT, 1986, p.16). Todo o percurso da pesquisa se deu coletivamente;

f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência das pessoas e grupos considerados". Pretendemos, nesse sentido, através da ação e reflexão, avançar em nossa experiência (THIOLLENT, 1986, p.16).

Pesquisar, para o autor, é ação/ agir. A pesquisa ação é um processo de construção coletiva em que todos os passos são dados juntos, sendo um espaço muito valioso de

produção de conhecimento. Para Paulo Freire (1987) a educação é um momento simultâneo de ação e reflexão, “é práxis”, “práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é conhecimento reflexivo e ação” (FREIRE, 1987, p.52). O conhecimento que transforma a realidade parte da perspectiva de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.39).

Existem várias formas de educação no processo de constituição do ser humano, não apenas a educação escolar. Neste artigo, entendemos e valorizamos também a educação em processos não formais, espontâneos ou não. Conforme Brandão (1981, p.4).

### **1.1. Etapas do processo da pesquisa**

Inicialmente, eu, Josiane, apresentei a proposta de pesquisa-ação para o grupo, que incluía tanto os jovens como os adultos, dentre as várias formas de organicidade do grupo existem as assembleias, sendo estas sempre um espaço onde o grupo se reúne para discutir pontos da condução do cotidiano coletivo, bem como para planejar, e para avaliar as atividades. Em uma dessas assembleias do grupo, coloquei o tema que estava propondo investigar e a forma como pretendia fazer, a construção coletiva do trabalho. O grupo achou interessante e importante a proposta, para o processo histórico do grupo coletivo e para a juventude como sujeito construtor de sua própria história.

Posteriormente definimos, por se tratar de uma pesquisa sobre a juventude, reunir todos os jovens do grupo para aprofundar a discussão sobre como faríamos a pesquisa. Percebemos que era melhor tirar uma equipe que desse prosseguimento na pesquisa, tendo em vista que nem todos poderiam parar suas atividades para se dedicarem a ela. Compusemos um grupo de cinco pessoas que iriam fazer parte de toda a condução da pesquisa. Na equipe, frequência das reuniões seguiram um planejamento prévio com quatro reuniões para planejar, executar as tarefas e avaliar. Ao todo foram realizadas 11 entrevistas com dois grupos diferentes um composto por adultos e outro por jovens, sendo que, a realização das entrevistas foi dividida entre a equipe.

Nestas reuniões, consideramos importante iniciar a primeira etapa contextualizando a luta pela terra em Rondônia, estudando historicamente o espaço em que estamos inseridos enquanto juventude. Esse estudo foi fundamental para compreendermos a atuação da juventude da década de 1980/1990, adultos hoje.

Este estudo foi realizado através das entrevistas com os adultos que compõem o grupo. Foram entrevistados dois homens (01 do MPA e 01 do MST) e duas mulheres (01 do MST e 01 do MPA), adultos, com trajetória de vida e de luta significativas para a pesquisa. O objetivo das entrevistas era contextualizar a luta pela terra desde a chegada em Rondônia até a formação do Grupo Coletivo e compreender como era a atuação dos mesmos na época de juventude. As entrevistas foram gravadas digitalmente e transcritas ao final.

Num segundo momento optamos por entrevistar os jovens. Como no Coletivo muitos jovens viajam para formação e passam bastante tempo fora, para este optamos por utilizar um questionário, seguindo um roteiro diferente da realizada com os adultos. Os jovens que estavam fora responderam e enviaram por email para o grupo. Ao todo 07 jovens responderam às perguntas (em forma de questionário, para os que estavam fora e ou em forma de entrevista para os que estavam presentes), sendo 3 homens (01 do MPA, 02 do MST) e 4 mulheres (01 do MST, 03 do MPA).

O critério para participação em todas as entrevistas foi a atual participação nos movimentos sociais e no Coletivo e o desejo de contribuir com a pesquisa.

## **2 HISTÓRIA DO GRUPO COLETIVO A PARTIR DOS RELATOS**

### **2.1 MST e MPA: lutas e resistência**

Desde a chegada dos europeus no Brasil, a disputa pela terra passou a fazer parte da sociedade brasileira. “A história da formação do Brasil é marcada pela a invasão do território indígena, pela a escravidão e pela produção do território capitalista” (FERNANDES, 2000, p.25). A concentração fundiária foi uma das determinantes para a geração das desigualdades sociais. O processo de apropriação capitalista agrária brasileira foi sempre de exclusão dos camponeses, para que estes não tivessem acesso às terras como possibilidade de construção de território como espaço produtivo de vida. Conforme Souza, “a invasão europeia sobre as terras brasileiras consubstanciou, precocemente, o início da luta desigual pela terra no país. As diversas etnias indígenas passaram a lutar para manter sua histórica relação com a terra” (2011, p.167).

A luta desigual pela terra no Brasil que iniciou com a invasão europeia foi se desenvolvendo ao longo dos tempos. Nas diferentes épocas sempre houve resistência, o que contribuiu para a transformação da sociedade. “Em processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao estado representante

da classe dominante, que construiu ditaduras para manter seu poder” (FERNANDES, 2000, p.32). O que se perpetuou gradativamente foi a concentração de riquezas, a terra primeiramente como meio principal da produção das condições de existência, e conseqüentemente, a pobreza que, para esses autores,

[...]não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais possessivos de desposseção da terra, dos instrumentos de trabalho de capital cultural, enfim, dos meios que permitem a reprodução das condições de existência (ACSELRAD; CAMPELO; NEVES, 2009, p.76).

A pobreza não é gerada por natureza, mas resultado de processos sociais e culturais gestados dentro da sociedade dividida por classes sociais, de exploração e de acúmulo de riquezas. A maneira como se organizou a divisão nas terras no Brasil, ao longo dos tempos, é parte central no debate sobre a pobreza tanto no campo quanto nas cidades. Essas decisões governamentais brasileiras foram fundamentais para que o país ocupasse, em 2018, o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo (OXFAN, 2018), com altos índices de mortalidade infantil e juvenil, especialmente entre a população negra e pobre (IPEA, 2019).

Nesse contexto de apropriação e concentração das terras também na Amazônia, o estado de Rondônia é gestado. A apropriação das terras não se faz sem luta dos camponeses que, desterritorializados (SOUZA, 2011) e excluídos do “progresso” ocorrido em suas terras de origem aqui procuravam melhores condições de vidas, o que não aconteceu.

Os projetos da colonização dirigida implantados pelos militares não foram suficientes para o assentamento dos colonos que chegavam ao estado. Por isso consolidou a luta pela terra, em grande parte baseada na experiência da busca pela constituição de um território camponês de migrantes com recorrentes processos de expropriação na bagagem (SOUZA, 2011, p.177).

A propaganda do governo atraiu muitos migrantes. Com o lema “terras rondonienses, o novo eldorado” (SOUZA, 2011), os camponeses chegavam em caravanas, iludidos pelas propagandas fracassadas do governo militar brasileiro. Nesse cenário contraditório se constrói um grande problema social: não havia terra para todos.

Fato é que estas terras, segundo Souza (2011), não atenderam a grande quantidade de migrantes que se deslocaram durante as décadas de 1970 e 1980. O interesse do Estado era atender aos interesses dos grandes latifundiários, consolidando empresas agropecuárias e assim, formando o exército de sem-terra, e conseqüentemente acirrando os conflitos pela posse (ARAÚJO, 2016, P. 79).

Como já dissemos, diante dessas contradições, os camponeses sempre resistiram, de forma espontânea e/ou organizada, na busca da terra e de direito como meio de acesso as condições dignas de vida.

Diante desses conflitos surgem os movimentos, “O nascimento de um movimento está, geralmente, ligado ao ambiente de carências, descontentamento e insatisfação, diante de necessidades e interesses concretos não atendidos/negados” (COSTA, 2011, p. 44). Um desses movimentos é o MST, para Fernandes,

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente a intensificação da concentração fundiária

e contra a exploração, que marcam uma histórica na busca contínua na conquista da terra de trabalho, a fim de ter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio de luta pela terra e força camponesa (FERNANDES, 2000, P. 25)

Oficialmente, o MST surge em janeiro de 1984, com o marco do primeiro encontro nacional reunindo pessoas de 12 estados do Brasil. Segundo Morissawa (2001) esse primeiro encontro “foi fundamental para o encaminhamento de novas lutas” e ao final do encontro, “os agricultores presentes concluíram que o maior inimigo dos trabalhadores é o modelo de desenvolvimento econômico, porque vislumbra apenas os interesses dos latifundiários, grileiros e grandes empresários” (MORISSAWA, 2001, p.136). Nesse encontro teve início o que adiante se tornaria a estrutura organizativa do movimento.

De acordo com a autora, o MST se expandiu para as demais regiões a partir de 1985, ano do 1º congresso nacional que teve como lema a palavra de ordem “ocupar é a única solução”. Ao fim da década de 1990, o movimento já estava organizado em 23 estados e tinha se tornado um dos maiores movimentos sociais de luta pela terra do país e na América Latina, com base em um estrutura organizativa que foi sendo criada a partir do que o movimento experimentou ao longo desse período, especialmente, os processos de ocupação das terras improdutivas, as marchas, etc. O movimento afirmava que a reforma agrária era necessária para construção de um país justo e igualitário e se faz conhecer para a população brasileira. “A proposta da reforma agrária implica, por si mesma a realização de parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista” (MORISSAWA, 2001, p.167).

Segundo Gørgen (1997), apud Costa (2011) “por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja, motivada pela Teologia da Libertação, no início dos anos 1970, durante a

ditadura militar no Brasil, desperta boa parte dos camponeses pobres a se organizarem” (COSTA, 2011, p.45), e assim muitos movimentos vão surgindo e ganhando força.

“Com o fim da ditadura militar, passaram por mudanças profundas e ficaram articulados com a Igreja – não sendo mais dependentes dela – tendo a necessidade de organizar e ampliar sua presença nas massas populares” (COSTA, 2011, p.45). Cada grupo com sua característica e com reivindicações diversas vai constituindo dinâmicas de organização conforme suas particularidades e necessidades organizacionais.

Os pequenos agricultores que já possuíam terras passaram a ser base do movimento sindical, o sindicato foi o instrumento de organização que naquele momento encontraram para a reivindicação popular, tinha como proposta uma no sindicalismo combativo de enfrentamento.

“Porém, ao passar o tempo, esse novo sindicalismo foi-se alijando das bases e da metodologia participativa no processo de construção das lutas em defesa dos pequenos agricultores” (COSTA, 2011, p.4). A forma de organização do movimento sindical já não possuía de fato estrutura de luta e base forte para a reivindicação popular. Diante dessa dificuldade organizativa que, de fato, concretizasse as demandas dos pequenos agricultores, dirigentes dos sindicatos retoma às famílias de pequenos agricultores em vários estados do país fazendo um trabalho de mobilização para a luta.

Dessa organização nasce o MPA, resultado da grande Mobilização da Seca, ocorrida no Rio Grande do Sul. Ao final de 1995 os estados do Sul do país passam por um grande período de estiagem, o que levou os agricultores atingidos a se organizarem e acamparem à beira da estrada e reivindicarem por créditos que viessem a dar apoio. Essa mobilização aconteceu em nas cinco regiões do país e segundo GÖRGEN (1997) apud Costa (2011), reuniu 30.000 pessoas.

Nasce com a convicção e com a determinação de que há a necessidade de um processo de formação em todos os níveis, com tarefas políticas determinadas, para resistir na terra, brevar o processo de exclusão social que vem sendo imposto aos pequenos agricultores, lutar por crédito subsidiado como forma de organizar os camponeses e aumentar a capacidade de resistência; defender a agricultura camponesa; construindo, portanto, um movimento social forte e capaz de colocar a agricultura familiar dentro das decisões políticas e econômicas do País (COSTA, 2011, p.50).

Assim, o MPA é um movimento de organização camponesa que tem como projeto de sociedade a agricultura camponesa, que luta pela soberania alimentar, controle das sementes criolas por quem com ela trabalha, comida sem veneno, cultivo da cultura camponesa. É, portanto é um movimento de resistência camponesa.

Com a proposta de desenvolver um projeto de sociedade em defesa da agricultura familiar que permita uma nova proposta de agricultura fundamentada em uma educação do campo e no campo, no uso de sementes crioulas e no controle da produção de sementes e no uso e produção de insumos, garantindo a cultura e os saberes da terra em que vive, projetando e realizando feiras de produtores, com vistas à construção de um novo espaço de vida, o MPA é um movimento camponês que se propõe resgatar a identidade, o modo de vida e os valores que se foram perdendo ao longo dos tempos (COSTA, 2011, p.55).

Devido a essa base comum de origem dos movimentos, em Rondônia não foi diferente. Tanto a militância do MST quanto do MPA, tem suas origens nas CEBs, na CPT, nos sindicatos, todas elas instituições que tiveram um importante papel de apoio aos acampamentos. Isso fez com que os assentamentos também tivessem pessoas militantes do MPA, como o do assentamento 14 de Agosto, onde fica o Grupo Coletivo.

## **2.2. O Assentamento 14 de agosto**

De acordo Morissawa (2001), Rondônia esteve presente no primeiro encontro nacional em 1985 e nesse período, militantes iniciam o trabalho de base. Naquele momento, a juventude teve um papel preponderante para a organização do acampamento nas articulações de base. Foi o período da organização das CEBs e da Pastoral da Juventude. Através desta última, a juventude se inseriria em vários espaços, um deles era os festivais de música. Meu pai era um desses jovens que participou dos festivais. No dia do meu nascimento, inclusive, ele foi um dos candidatos que ficou em primeiro lugar no evento.

Nesse poder de articulação e de inserção, a juventude estava em vários espaços de frente, muito importante para a organização dos acampamentos que surgiram na década de 1990, Fidel era um desses jovens.

A juventude nesse período se organizava assim, participava, a gente entendia, na comunidade era pouco precisava ir pra frente, naquele tempo obtinha pra frente na luta era os sindicatos, as associações, aí apareceu uma novidade, a novidade que apareceu nesse período no final dos anos 80 foi o movimento sem-terra, [...] participar da luta pela terra, pela luta mesmo pra contribuir na luta, e ajudar a construir uma coisa diferente, lutar pelos direitos que, era necessário então a luta pela a gente entrou nessa condição, a organização do acampamento, nesse período que era ainda no final dos anos 80 (FIDEL entrevista realizada em 2019).

Parte dessa juventude envelheceu e hoje são adultos que compõe o grupo, mas que, desde sempre estiveram contribuindo em varias outras ocupações no estado. Em 1989 acontece, então, a primeira ocupação de terras pelo MST no estado, que dá origem ao

Assentamento 25 de Julho, na cidade de Espigão do Oeste. A partir daí, começam a surgir vários acampamentos, dentre eles o Acampamento 14 de Agosto. Alguns militantes da primeira ocupação foram deslocados para a região e passaram a fazer um intenso trabalho de base com famílias sem terra.

Em 1992, cerca de 192 famílias ocuparam a fazenda Xangrilá, situada às margens da BR 364, entre os municípios de Jaru e Ariquemes. Essas famílias vinham de diversos municípios e de uma trajetória de vida bem parecida: migrantes, sem terra, que viviam como empregados nas terras de outros, meeiros, etc. O contato com o MST havia levado a esperança por dignidade de uma vida melhor. Ao chegarem às terras, a organização se inicia. Para se manter no acampamento era necessária muita organização coletiva. Isso ajudava a resistir a todas as dificuldades encontradas, como relata Fidel.

A organização tinha que ser uma coisa bem autodefesa pra se defender de possíveis ataques dos jagunços dos fazendeiros [...] ela tinha uma forma de protestar, de proteção, de autoproteção. Para poder impedir que os jagunços entrassem no acampamento a gente chamava de segurança. Dentro do acampamento tinha vários tipos de organização: as equipe de alimentação, a equipe de saúde, essa própria equipe de segurança que cuidava de proteger o acampamento, equipe de saúde... era várias equipes que existia no acampamento de acordo com a necessidade. A equipe de alimentação, ia atrás de buscar alimentação... Naquele período era muito difícil de trabalhar na região por causa da perseguição dos fazendeiros, então a gente sobrevivia de arrecadação, de alimentação ..., as comunidades, os sindicatos, fazia pra gente, as igreja né? Foi um período bem difícil, a gente vivia no acampamento em coletivo, a cozinha era coletiva, não tinha ninguém cozinhando separado, porque o alimento era escasso e todo mundo tinha que comer junto pra todo mundo comer (FIDEL, entrevista concedida em fevereiro de 2019)

#### Também explica Margarida

Aqui no acampamento nós nos organizamos primeiro construir os barracos..., foi feito por brigadas que construíam coletivamente os barracos. Se organizou um espaço de cantina, que era onde se concentrava a alimentação; organizou uma farmácia popular, que era onde a gente tinha os remédios básicos e mais da linha natural, homeopática; e organizamos duas cozinhas que dividia as famílias, em duas cozinhas, cozinhas coletivas, cozinhas grandes. Logo na sequência, organiza a escola pra começar o processo da aula da criança. Aí tinha a equipe de segurança, a equipe de disciplina, a equipe de saúde, então já tinha vários setores, várias frentes funcionando dentro do acampamento, que isso tudo faz parte do processo inicial de organização do acampamento em si (MARGARIDA, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Viver o processo de cooperação em acampamento era uma questão de sobrevivência. A individualidade foi sendo transformada e a partir da experiência vai nascendo a prática da coletividade e também a autogestão.

Após várias ameaças o acampamento sofreu um despejo de forma bem violenta e truculenta pelos os policiais e os acampados ficaram 54 dias acampados no Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Jarú. Mas, a esperança de conseguir aquelas terras não acabara. Foi quando as famílias decidiram voltar para o local e reorganizar a vida naquele espaço.

Após quatro anos de acampamento, as famílias se auto organizaram e demarcaram os lotes. Para a demarcação havia, naquele momento, dois modelos que poderiam ser adotados: o “o burro quadrado”, onde os lotes são marcados na forma tradicional e o modelo de agrovila, onde as moradias são próximas umas das outras. Posteriormente, quando o grupo Coletivo é realmente formado aparece ainda outra forma de demarcar os lotes dentro do modelo de agrovilas. Araújo (2016) especifica essas três propostas de organização sendo divididas em três formas.

A primeira forma “[...] consiste na organização das moradias e na divisão de lotes através do sistema de demarcação tradicionalmente utilizado pelo INCRA, são lotes individuais, no formato de um quadrado, denominado pelo próprio INCRA de “quadrado burro” (ARAÚJO, 2016, P.118). Devido à fazenda ter se dividida em dois donos, uma parte logo foi negociada, e essa primeira parte ficou nesse modelo de burro quadrados, sendo 44 famílias.

Já a segunda forma, agrovila;

[...] Um sistema de moradias aproximadas, no formato “raio de sol”, no caso do Assentamento 14 de Agosto. “meia lua” pelo fato de a área ser estreita e comprida. Esta é uma proposta do MST, foi à primeira agrovila a ser construída no Brasil. Outras experiências espalharam-se pelo país, sendo que o formato “Raio de Sol” é o mais comum, onde existe uma área social no centro da agrovila, ali se constrói as estruturas comunitárias como escolas, postos de saúde, igrejas, barracões para reuniões, assembleias, festas e outros. As moradias são construídas à frente de cada lote, fazendo parte da área social (ARAÚJO, 2016, p.118).

A segunda parte foi somente negociada em 2008, depois de uma intensa disputa judicial pelas terras. Para essa parte foram destinadas as 19 famílias que optaram em construir sua morada no sistema de agrovila. O Grupo Coletivo faz parte da agrovila e é ele que constrói a terceira forma de organização espacial da terra. Nesta experiência não há divisões de lotes e o trabalho é realizado coletivamente, conforme irei explicar na próxima seção.

A agrovila foi uma forma encontrada para facilitar a vida dos assentados, muitos problemas que viriam pela frente teriam maior facilidade de serem solucionados como a escola, os espaços de lazer, o isolamento, pelo fato das moradias estarem próximas. Essa forma de organização de agrovila permitiu a essas famílias assentadas irem desenvolvendo algumas formas de cooperação. Uma das primeiras ações foi a criação da associação, que se

tornou um instrumento jurídico que permitiu as famílias acessarem vários benefícios tais como a energia elétrica, o consórcio de mudas de frutas, a máquina de beneficiar arroz, etc. A associação funcionou por certo tempo como elo entre as famílias, em torno dela girava a organização do trabalho comunitário. Outra forma que as famílias utilizaram por muito tempo como forma de cooperação eram os mutirões nas roças em que juntavam um determinado grupo e faziam os trabalhos que necessitavam sejam eles de limpeza, colheita, planta. Várias outras maneiras de trabalho em forma de cooperação foram surgindo e avançando, permitindo ao grupo constituir o Coletivo 14 de Agosto.

### **2.3 O Grupo Coletivo 14 de Agosto**

Em 20 de janeiro de 2004, sete famílias se organizam e formam o Grupo Coletivo 14 de Agosto. Todas as famílias eram compostas por militantes tanto do MST quanto do MPA. Essa decisão não foi instantânea, uma vez que desde o acampamento já vinham desenvolvendo algumas práticas coletivas. Mas foi também inspirada num amplo processo de discussão e de conhecimento das longas experiências, dentro do MST, sobre a cooperação agrícola. Assim relata Margarida:

O coletivo 14 de agosto ele é resultado do processo de discussão que o MST faz na questão da cooperação agrícola e o grupo coletivo ele é uma das formas de cooperação. E no acampamento as famílias todas passaram por todo o debate das várias esferas da cooperação, desde o mutirão, do junta, do trabalho comunitário todo esse tipo de experiência foi desenvolvida. E havia um esforço na perspectiva de que a gente pudesse ter um espaço de produção que fosse mais avançado, de organização da produção e esse processo veio culminar na criação do grupo coletivo que iniciou coletivizando alguns tipos de trabalho, por exemplo a criação de animais. Depois em seguida foi dando passos na perspectiva de complexar um pouco mais o processo da organização e varias famílias foram passando por essa experiência. Umias ficaram outras foram e novas famílias vieram até chegar ao que a gente é hoje que é a coletivização total de tudo o que a gente tem desde a terra o trabalho e o resultado da produção (MARGARIDA, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Para Bauer (2008), a cooperação agrícola foi discussão dentro da proposta de constituição de uma nova vida nos assentamentos:

[...] A partir de um zero número de assentamentos conquistados, o MST passou a estudar e a discutir propostas de organização da produção que, ao mesmo tempo, tornassem viável a economia assentada e dessem continuidade à luta do MST, sendo coerentes com seus princípios políticos e com seu projeto de sociedade. Assim surgiram as discussões sobre a cooperação agrícola como base organizativa para constituir a nova vida nos assentamentos (BAUER, 2008, p.128)

A cooperação surge no MST por uma discussão de que não basta somente conseguir a terra. É preciso criar condições para que os assentados consigam sobreviver dela, como explica Floresta:

No MST sempre tem discutindo muito nessa questão da cooperação agrícola, [...] Quando começou a surgir as primeiras áreas, é começou a ver que ocupar, só ter a terra não resolvia o problema, então precisava organizar a produção. Então MST começou a organizar a produção e começou a avançar no sistema de cooperativismo e com isso o MST constituiu muitas cooperativas no Brasil, muitos grupos coletivos [...], (FLORESTA, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Como para a permanência na terra a produção é essencial, a cooperação agrícola é fundamental para a organização da produção. Existem várias formas de cooperação agrícola, e a forma que as famílias optaram em desenvolver a cooperação foi o grupo coletivo. Eles “organizam o trabalho de seus associados de forma coletiva. Exigem um grau mais elevado de organização interna e de consciência de seus participantes” (CHRISTOFFOLI, 2017, P.132). É o que Rosa diz sobre essa organização:

Primeiro começou a trabalhar junto, depois trabalhava junto e repartia as coisas, arroz, depois foi trabalhando, depois começou o grupo do pasto, uns desistiu, depois que ficou aquelas famílias, ai formou o coletivo que é de juntar as panelas (ROSA, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Como ela explica, o processo de chegar até a forma de cooperação de grupo coletivo aconteceu gradativamente. Nesse percurso as pessoas puderam ir avaliando e avançando na consciência. As diferentes formas de cooperação foram importantes para a elevação da consciência, sendo fundamental para a superação do individualismo. Aqui lembramos Marx sobre a cooperação: “quando o trabalhador coopera sistematicamente com outros, livra-se dos grilhões de sua individualidade e desenvolve as possibilidades de sua espécie” (MARX, *apud* Bottomore, 1993, p.80).

Diante de várias formas de organização, as famílias foram vendo a necessidade de aprofundar a coletividade, e assim decidiram se juntar e organizar a terra, o trabalho e a cozinha. As terras que eram individuais passaram a ser de uso coletivo. Logo após a legalização da área pelo INCRA, que ocorreu somente em 2008 o assentamento passa a ter, então, a terceira forma de organização das terras institucionalmente como Grupo Coletivo 14 de Agosto fase II. O INCRA demarca apenas a área coletiva, não mais individual, cada família tem seu Contrato de Concessão de Uso (CCU), ainda por o estado lidar com a questão da propriedade, não havendo disponibilizado documentos coletivo em áreas de assentamentos, portanto por mais que o documento seja individual o marco utilizado pelo o INCRA, foi da

área coletiva, não existindo marcos individuais. O trabalho passa a ser coletivo e logo, a cozinha também.

A cozinha coletiva é o maior símbolo do grupo, é onde acontecem todas as refeições diárias, onde recebem todas as pessoas que passam por ali. Na história do grupo, a cozinha sempre foi o lugar onde as crianças ficaram e foram sendo cuidadas. Ali elas aprendem a dinâmica do grupo e vão aprofundando os laços de relações coletivas.

No início do grupo, a responsabilidade da cozinha era apenas das mulheres adultas, que se revezavam. Apenas uma mulher ficava ao longo de toda a semana, enquanto as outras se encaminhavam para outras frentes de trabalho. Naquele momento, o espaço da cozinha era de cuidado especial das mulheres. As crianças maiores, , auxiliavam no trabalho, cuidando das menores, lavavam a louça da merenda, etc. Com o decorrer do tempo e o avanço das relações coletivas e discussão sobre o patriarcado, a a cozinha foi deixando de ser o espaço exclusivo das mulheres, e os homens passaram a se responsabilizar e dividir tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho na cozinha. Toda semana pelo menos um fica na cozinha, responsabilizando-se também pelo cuidado com as crianças. É importante frisar que essa transformação tem início com a juventude, nesse caso, os meninos jovens, que se dispõem, depois das discussões feitas, a dividir e compartilhar o trabalho da cozinha com as mulheres. É apenas na sequência que os homens mais velhos começam a ocupar esse espaço também.

As mães estão trabalhando, militando, ou estudando, mas as crianças ficam na cozinha. Ao contrário da família tradicional burguesa em que as crianças ficam somente aos cuidados dos pais ou de terceiros, na história do grupo a cozinha sempre foi o lugar da criança e a responsabilidade por ela é de todos.

Entendemos que o espaço coletivo permite ir superando essa relação de patriarcado, uma vez que o processo coletivo tem efeito mais amplo, repercutindo tanto na organização da produção – liberando as mulheres do trabalho doméstico e enclausurado na casa - quanto no âmbito da reprodução, pois promove o compartilhamento das responsabilidades de cuidado. O coletivo, dessa maneira, permite as mulheres trabalhar, estudar e fazer a militância, entre outras coisas (NÓBREGA, 2013).

A produção do grupo se baseia na agroecologia, pela convicção de projeto de sociedade que o grupo vislumbra construir, que é de que as pessoas possam viver bem, de forma saudável e harmônica com a natureza.

E assim o Grupo desafia a cooperação agrícola sob novos moldes de organização da produção, com determinação de produzir de forma cooperada alimentos de

qualidade adequada à saúde, cuidando do bem estar social e ambiental. A proposta que nos norteia é a da agroecologia (ARAÚJO, 2016, p.173).

Pensando a transformação da sociedade em suas várias dimensões, somente a agroecologia possibilita essa transformação. Além da agroecologia, também a forma de organizar a gestão coletiva da vida cotidiana no grupo é importante. Nesse sentido, a autogestão é princípio fundamental. As decisões são tomadas em assembleias e o trabalho desenvolvido em formas cooperativas. “A autogestão é caracterizada pela gestão coletiva e pela proposta de um novo modo de produção, no qual o controle e as decisões dos mecanismos produtivos e sociais estão concentrados as mãos dos membros do coletivo” (NASCIMENTO, 2004 *apud* NÓBREGA, 2013, p.37).

Os trabalhos são organizados por frentes de trabalho A produção gira em torno da horta, farinheira, roça, cozinha, gado, as abelhas, cultivo diversificado com banana, cacau, cupuaçu, acerola, etc. de acordo com essa produção organizamos duas frentes de trabalho que cuida desses serviços, todas as pessoas do grupo são distribuídas por afinidade e, em cada frente são escolhidos dois coordenadores, sendo estes sempre um homem e uma mulher. Essas pessoas formam a coordenação do grupo.

Para além de uma forma de organização da produção coletivizada, o grupo assume um papel político importante no enfrentamento desse modelo capitalista, buscando vivenciar e superar grandes dificuldades diariamente, sempre com a esperança da construção de um mundo novo. Trata-se do primeiro grupo de camponeses a coletivizar terra e trabalho no contexto da reforma agrária; é importante defensor de uma produção agroecológica e da busca por soberania alimentar; com a coletivização do trabalho, vivida com muitos desafios, é referência na proposição de novas relações de trabalho sem a exploração por um patrão; em meio a tantos desafios e mesmo depois de tanto tempo passado desde a ocupação daquelas terras, permanecem participando ativamente de suas organizações de base, MST e MPA, inclusive, formando quadros importantes.

Hoje é um grupo que já tem 13 anos e continua ainda resistindo, não é fácil a gente sabe que não é fácil, porque é difícil você ter uma vivência coletiva e ainda mais por que eu acho que, a grande vantagem do grupo inclusive é por que o grupo consegue manter além da subsistência a militância de toda a juventude. Todos os membros do grupo praticamente são militantes do movimento ou do MST ou do MPA, enfim, da VIA CAMPESINA. Acho que esse é a grande importância do grupo coletivo. (FIDEL, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Como afirma Fidel, atualmente o grupo mantém sempre uma militância externa, possibilitando a juventude assumir a militância e também estudar, O grupo vai para além de um espaço somente de produção, assume um papel político na sociedade agindo dentro dos movimentos sociais.

Nesses 14 anos de grupo, é possível dizer que este já possui três gerações: a primeira, já adulta, composta por aqueles que pensaram e organizaram o grupo; a segunda, é formada por aqueles que eram crianças na época da ocupação do assentamento e hoje são jovens e integram a coordenação do grupo nesse momento; já terceira é composta pelas crianças, filhos daqueles que eram adolescentes de quando o grupo iniciou, e que vão crescendo e superando os limites que passaram as gerações passadas.

### **3 PROTAGONISMOS DA JUVENTUDE**

A consciência e a prática da juventude foram sendo construídas através de vários espaços que permitiram a autonomia e o desenvolvimento de seu protagonismo. A participação nas atividades dos movimentos sociais a que se vinculam se inicia antes mesmo de entrarmos na escola. Devido aos nossos pais serem todos militantes, nas atividades as crianças os acompanhávamos, e assim, fomos organizando espaços em que também aprendíamos. Na medida em que crescíamos e nos tornávamos jovens, fomos ocupando os espaços nos movimentos como atuantes ativos nas coordenações, direções, etc.

No assentamento 14 de Agosto sempre houve trabalho voltado para a arte e cultura, desde a escola do assentamento, grupo de cultura e outros. A partir de 2006, a juventude do assentamento organizou o Grupo de Cultura que, no início, se chamava Babaçu, pois a venda da farinha de babaçu garantia a compra de materiais para desenvolver as diversas atividades, como peças teatrais, músicas, místicas entre outros. Com o passar dos anos o grupo foi se renovando aumentando o número de participantes e mudando sua forma de atuação passando a ter uma atuação maior de caráter político e de maior participação, nas lutas sociais. O nome passou a ser “Arte e Terra”. Tem, atualmente, em torno de 20 jovens engloba outros jovens, para além do Coletivo. Atua principalmente, com agitação e propaganda, com organização de pequenas peças de teatro de rua, jogral, produção de materiais, faixas, cartazes, debates nas escolas, produção de músicas, etc.

O grupo de cultura também é um espaço de estudo da juventude sobre diversos temas da nossa história e da nossa realidade, possibilitando a construção coletiva de conhecimento,

através de estudos de textos, livros ou com contribuições de pessoas que domina determinados temas, outro instrumento importante para a formação são os diversos filmes, pois são interativos e permite uma maior absorção do conteúdo.

Esse processo em que os sujeitos vão sendo envolvidos no seu dia-a-dia faz com que adquiram uma consciência política. Thompson (1979) *apud* Costa (2011) afirma que “pela experiência os homens se tornam sujeitos” (p.102), salientando que a consciência vai sendo gerada na luta. “Não há projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis” (COSTA, 2011, p. 107). Os meios que foram sendo criados permitiram exercer o protagonismo, o avanço da consciência e a afirmação camponesa, como expressa Anne, em sua entrevista:

Na verdade, são vários fatores que proporcionam este protagonismo da juventude. Isto inicia desde o processo de formação na escola do assentamento porque se cultiva uma pedagogia voltada aos princípios organizativos. Depois a nossa participação ativa nos movimentos sociais, que nos desperta a ter outra visão de mundo, e é dentro do grupo coletivo que se concretiza a nossa afirmação em quanto juventude camponesa e os nossos compromissos diante deles (KRUPSKAIA, entrevista concedida em fevereiro de 2019).

Caldart (2000), ao se referir a luta como princípio educativo, aponta que na “[...] medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória”. (2000, p.12). A organização coletiva, a escola, e o movimento foram a base para esse enraizamento que proporcionaram uma formação não apenas escolar, mas humana.

A autora diz ainda que “[...] os Sem Terra se educam no movimento da luta social e da organização coletiva de que são sujeitos, e que os produz como sujeitos” (2000, p. 12 ). Aqui, mais do que nunca, é importante ressaltar a relevância política e social da escola do assentamento. Ela surge ainda no período de acampamento no contexto da educação do campo, voltada para camponeses e camponesas, sujeitos da classe trabalhadora. Tinha por objetivo contribuir para que as crianças não se desvinculassem de sua identidade e partia do princípio de uma educação que não visava aprender regras sociais, mas sim, promover a vivência, a criatividade, o conhecimento e o comprometimento com sua realidade social. Baseava-se, sobretudo em Paulo Freire quando este propõe a “educação como pratica da liberdade” (1967, p.29) e “[...]como força de transformação do mundo”, (p.142). Costa (2011) diz:

A escola, nesse contexto, precisa estar envolvida e deve investir em interpretação da realidade de forma que permita definir o seu processo baseado nos seus sujeitos sociais, ou seja, que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de

modelos específicos, que sejam desenvolvidos a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no campo (COSTA, 2011, p.92).

Nesta concepção, a escola e a comunidade sempre trabalharam neste intuito, de preparar sujeitos em que sua prática pudesse colaborar com a realidade de manter o vínculo dos educandos com a sua vida cotidiana.

Além desse envolvimento que a escola precisa ter para produzir conhecimentos potencializadores para melhorar a qualidade de vida camponesa, há ainda que se considerar aquilo que aponta Brandão sobre a educação e a escola: “escola não é o único lugar onde ela acontece [a educação] e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. (BRANDÃO, 1981, p.4). Nesse sentido, podemos observar que a escola, o movimento, a experiência dos mais “velhos”, o Coletivo, foram formas diversas que proporcionaram a formação da juventude. No Coletivo 14 de Agosto, a educação que acontece no cotidiano se faz pela a luta e pelas relações sociais fundadas no princípio da coletividade. Para Frida e Dandara,

A forma de criação e educação, vindo desde a escolinha do movimento e a experiência vinda dos mais "velhos", a formação dos movimentos sociais e a participação da juventude que foi fundamental para a permanência no coletivo, tendo em vista que a maioria da juventude do coletivo está desde criança (FRIDA, entrevista concedida em março de 2019).

A formação que vem desde criança, da escola do assentamento, da forma de vivência no grupo, vem nos formando, possibilitou a nós sermos protagonistas dessa experiência. Também pelo fato de termos nos formado nessa vivência desde muito pequenos e hoje em dia assumindo o grupo coletivo de uma forma geral (DANDARA, entrevista concedida em março de 2019).

Ambas apontam para a importância dos processos que vivemos no cotidiano do Coletivo. Aqui é importante ressaltarmos dois elementos fundamentais que o grupo proporcionou: 1) a nossa criação compartilhada entre nossos pais, em que as crianças ficavam aos cuidados de todo o grupo, na vida cotidiana do grupo as crianças estão sobre os cuidados de todos, ao contrario da família tradicional burguesa. Todo o grupo se sente responsável pelas crianças. 2) Termos participado, desde muito cedo, do trabalho coletivo do grupo. O trabalho aqui não é apresentado como trabalho infantil, mas como espaços de aprendizagem de saberes importantes do modo de vida de ser camponês, a relação direta de aprender a lidar com a terra, com a plantas, de entendimento da vida Coletiva. Esses dois elementos dizem respeito a um processo de educação significativo e que não aconteceu dentro da escola, mas fora dela, nos espaços de produção e reprodução da vida camponesa coletiva. Além disso,

destacamos também o papel da escola do assentamento que, a partir da valorização das atividades coletivas e da autogestão das crianças, fortaleceu esse movimento em direção à coletividade e a cooperação.

Todas as atividades e exercícios praticados são formas e modos de conhecimento, que tem seu tempo e seu lugar diferenciados, sendo fundamental no desenvolvimento do aprendizado. São espaços de formação, de trocas de experiências e saberes, cultivando a cultura local para a emancipação dos sujeitos, já que a formação do indivíduo não se separa do seu cotidiano.

Nossos pais também tiveram um papel importante na nossa formação: proporcionaram a experiência do grupo para nós, concretizando-o e territorializando-o em nossas vidas. Foi através do compartilhamento dos seus saberes, ações e reflexões sobre o mundo é que tivemos contato com toda essa experiência de luta.

Segundo Chico, o Coletivo se baseia na construção do *mundo novo* e na superação das relações capitalistas e do patriarcado. A juventude foi crescendo dentro destas discussões que permitiram avançar e questionar a reprodução desse modelo.

Os espaços de formação são bem determinantes para o avanço da consciência. Isso facilitou muito para que a juventude entenda qual é seu papel dentro da cadeia produtiva do coletivo, tendo em vista que a proposta coletiva todo o sistema de produtivo e romper com todas as formas de opressão, isso facilita que barreiras do patriarcado presente na nossa sociedade, ainda mais no campesinato que é muito forte. Isso proporcionou um grande fator para que hoje a juventude seja protagonista da sua própria história no grupo coletivo ou seja ela é parte do processo e não plateia ela a juventude do presente e não somente do futuro (CHICO, entrevista concedida em março de 2019).

O trabalho coletivo se dá através da autogestão/ cooperação, isso permite que toda a juventude esteja ativamente participando em todos os processos da cadeia de produção. Nos espaços de decisões do grupo ocorre o planejamento das atividades, mas também avaliação sobre o que foi executado. Para Nóbrega (2013), “O conceito de cooperação - base dos processos organizativos autogestionários - é útil porque abarca não apenas a esfera do trabalho coletivo e da organização democrática, mas diz respeito a outras práticas sociais” (2013, p.152)”. A cooperação que fundamenta o exercício da autogestão aparece em várias outras práticas sociais do grupo. A autora aponta ainda que “na autogestão a tomada coletiva de decisões, o compartilhamento das informações, a divisão igualitária das tarefas e do resultado dela, são formas historicamente conhecidas pelos trabalhadores que optam por esse modelo” (NÓBREGA, p. 175).

A cooperação é uma forma de organizar melhor a vida “e criar uma experiência de embate com as formas capitalistas de viver.” (NÓBREGA, 2013, p.152). O coletivo vai além da prática de trabalhar juntos, é, sobretudo uma ação política.

No mesmo sentido, percebemos que o Coletivo é pautado dentro da perspectiva dos movimentos sociais, a cooperação, a produção de comida saudável, a luta pela transformação social. A prática coletiva dá sustentação para a atuação nestes movimentos. A própria experiência coletiva colabora para o avanço na prática dos movimentos. É o que Vladimir diz:

A vivência coletiva em si já proporciona uma base material para a atuação nos movimentos sociais, visto que o processo de organização diária da vida coletiva preparou-nos para atuar. Espaços de organização que pressupõe coletividades mais grandes e diversas que um núcleo familiar. E a vinculação direta com os movimentos sociais da via campestre, tendo os princípios organizativos destes (com todas as contradições) introduzidos no nosso dia-a-dia foram os fatores que cimentaram o protagonismo da juventude do GC14 de Agosto nos movimentos sociais de Rondônia (VLADIMIR, entrevista concedida em março de 2019).

No movimento, tanto no MST quanto no MPA, a juventude assume as responsabilidades tanto nas coordenações como nas direções. Participa de espaços tanto internos como externos, aponta:

Isso a gente percebe a nível estadual e nacional. Sempre a juventude do 14 está presente nas atividades. Se não for todo mundo, tem alguma representação nas mídias nos atos na rua, na agitação e propaganda... Então, isso de fato, é reconhecido tanto no estado tanto a nível nacional. (SILVIO, entrevista concedida em março de 2019).

Conforme Vladimir,

Os jovens do Grupo Coletivo 14 de agosto fazem parte das direções dos coletivos de juventude do MST e MPA e também da Via Campestre. Ademais de assumir tarefas pontuais sempre que necessário tanto estadual quanto nacionalmente e sempre participam ativamente de todas as lutas dos movimentos sociais tendo importante papel nas áreas de agitprop<sup>8</sup>. (VLADIMIR, entrevista concedida em março de 2019).

A vivência que tivemos no Coletivo 14 de Agosto nos propiciou, portanto, um engajamento na prática militante dos movimentos de que fazemos parte, de forma que assumimos muitas tarefas, desde as mais regionais até as de cunho nacional. Isso significa que a juventude forjada nessa experiência tem um papel fundamental na continuidade da luta pela

---

<sup>8</sup> AGITPROP é um conceito que surge elaborado na revolução Russa, traz a ideia de agitação como a transmissão de uma ou poucas ideias para muitas pessoas, e propaganda como várias ideias para um número mais reduzido de pessoas. Essa forma de conceber esses conceitos serviu para orientar os trabalhos de base na revolução Russa onde aprimorou a técnica de aplicação prática, o agitprop é uma ferramenta de diálogo para a classe trabalhadora que utiliza de diversas linguagens (teatro, música, poesia) para contribuir na formação de consciência de trabalhadores e trabalhadoras.

terra, e pela formação plena das pessoas que nela pertence, com olhar da luta como princípio voltado a emancipação da coletividade, ao olhar os movimentos como lugar da formação humana, Caldart (2000) destaca,

Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de *vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade (CALDART, 2000,p.6).

Ao refletirmos o movimento como espaço de reivindicação para a humanização, observamos que o Coletivo facilita a prática da militância externa, pois quando um militante precisa sair existem outras pessoas que ficam para dar continuidade nos trabalhos, é uma consciência de que precisamos está ativamente na constante luta por direitos a todos para isso Sobre isso, Celia complementa:

Com certeza o grupo contribui muito para gente contribuir na militância, que é totalmente diferente. As responsabilidades são coletivas, então você sabe, se você tiver fora, tem alguém que tá ai pra garantir, e quando você tá e outras pessoas precisar sair o grupo continua. Eu acho que isso é um fator, a sobrevivência mesmo, mas também como e o espaço de formação diferente *eu acho que o grupo é como a escola*, ensina também a gente ser esses militantes que nós somos. (Celia, entrevista concedido em março de 2019, grifo **nosso**).

Ao dizer que o grupo é como a escola, partimos da visão René Caprilis, quando este fala da perspectiva de Makarenko: “do coletivo perfeito, onde o indivíduo recebe uma instrução plena desenvolve-se multilateralmente e entra na sociedade madura com uma marcante visão pessoal da vida” (1989, p.176). A juventude do Coletivo 14 de Agosto tem esta percepção de que o grupo contribui para o seu desenvolvimento multilateral, bem como de pensar a vida através das relações de trabalho, da cultura, da educação, etc. Compreende o ser em suas várias dimensões. Todo o trabalho na terra é feito na perspectiva agroecológica e a c, a comercialização se dá através de feiras e vendas que atendem a comunidade do entorno.

O dinheiro/ renda é revertido para a manutenção do grupo e para as necessidades essenciais e isso permite que mantenhamos nossos estudos e nossa atuação na militância. É uma estratégia criada e que facilita a participação, diferente de outras situações em que é apenas uma família que precisa trabalhar o tempo todo. O fato de ter muita gente permite o rodízio de pessoas dentro e fora do grupo. Dandara traz a reflexão:

Muitos jovens deixam a militância pelo fato de não conseguir garantir seu meio de sobrevivência e nós, a juventude do grupo coletivo, mesmo que com certas dificuldades, temos nosso meio de sobrevivência garantido (Dandara, 2019).

Por isso, a sustentação que o trabalho coletivo permite é importante, pois libera tempo para a atividade de estudo, seja ele escolar seja ele nos debates promovido pelo grupo e/ou pelos setores dos movimentos. A vivência coletiva é uma construção constante e nessa construção as crianças crescem na vivência prática e se incorporam no cotidiano do grupo, (trabalho, relações de convivência, etc.). Fazer parte da construção do coletivo desde criança até a juventude envolve processos que nos torna jovens protagonistas da nossa história.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nós, juventude, estivemos e estamos ainda presentes nos movimentos sociais e aprendemos, na nossa luta a considerar que o meio em que vivemos são todos importantes para o aprendizado e para a transformação. O Coletivo é um grande espaço de desenvolvimento da superação das relações capitalistas. As crianças e os jovens, na medida em que vivem o Grupo, vão superando o individualismo, o patriarcado, e tantas outras maneiras desse sistema.

Percebemos que nós, juventude, estamos presentes em todos os espaços do movimento e do Grupo Coletivo e consideramos que a escola, o movimento, e o grupo são espaços de luta, de trabalho e, simultaneamente, de educação. Fomos crescendo e assumimos os trabalhos que eram necessários. Em virtude disso, criamos uma consciência política e acreditamos na educação como prática da liberdade, na construção de um mundo diferente que se dá através da superação das relações capitalistas. cremos também que o espaço de formação que temos construído é determinante para o avanço da consciência, considerando que o Coletivo vai além do trabalho é, sobretudo uma ação política.

Tendo em vista os aspectos observados durante a pesquisa, constatamos que, para os mais antigos no grupo, o protagonismo se deu através das potencialidades da organização da juventude, por meio da igreja, dos sindicatos. Eram esses os espaços de formação que existiam e que possibilitaram que a luta pela terra em Rondônia fosse travada, permitindo o surgimento de vários assentamentos, transformando a vida de muitas famílias que estavam à procura de um lugar digno para viver. Seria impossível pensar o MST Rondônia sem a participação dos jovens da década de 1980/1990, que estavam nas igrejas e sindicatos. O espírito da juventude proporcionou a organização, que deu grandes resultados. A ocupação

do 14 de Agosto é prova viva disso. Nossos pais, jovens, na época, ocuparam a terra e ali construíram possibilidades que, nós jovens, hoje, assumimos.

Para nós, o cenário político brasileiro modificou o acesso a escola, a inserção nos movimentos, a constituição do Grupo Coletivo, formaram outras circunstâncias de atuação. E muito possivelmente o Coletivo 14 de Agosto não sobreviveria sem a juventude que hoje se apresenta, assumindo as tarefas e a militância e dando sentido a essa experiência.

Dessa forma, destacamos que sim, existe um protagonismo e esse protagonismo se expressa na maneira em que a juventude age no coletivo, assumindo com responsabilidade todas as funções e necessidades que são apresentadas ao ou pelo Grupo e nos nossos movimentos.

Acreditamos que foram fatores importantes para isso todos os processos educativos – formais e não formais – vividos por nós. O princípio pedagógico da luta é que nela aprendemos muito e produzimos uma nova consciência. A nossa luta – desde a ocupação, os momentos de despejo, a criação da escola, a demarcação coletiva dos lotes, as práticas cooperativas de trabalho na produção, a cozinha coletiva e o cuidado das crianças, o grupo de cultura, etc, a escola, a formação superior, etc, - nos formou e foi protagonizado por nós, jovens, tanto hoje quanto anteriormente. Da mesma maneira as próximas gerações também serão protagonistas, tendo em vista que, assim como crescemos nesse meio que nos tornou protagonista eles também estão tendo a esta oportunidade.

A vida que os jovens vivem no campo muitas vezes é precária ou cativa, podendo levar os jovens a quererem sair do campo para a cidade em busca de condições melhores. Essa pesquisa teve como proposição divulgar experiências sobre jovens protagonistas, tendo em vista outras perspectivas de permanência no campo. Considerando a problemática da saída dos jovens para a cidade, é importante pensar maneiras de auto-organização que contribuam para a resistência, para a autonomia, haja visto que no Grupo coletivo o poder não é centralizado, problemas em que muitos jovens enfrentam devido o pai ser o que manda.

A experiência dos jovens do Coletivo permite afirmar que assumir tarefas que possibilitem os jovens a se sentirem parte do processo, pertencente ao meio que vivem é fundamental criar espaços como esse que possibilitem e ampliem sua participação como sujeitos do campo. Pensar uma educação que considere a vida da juventude e que valorize o campo como meio de construção e autonomia de vida digna.

Nessa produção de texto podemos expressar ligeiramente um pouco de cada elemento que nos compõe do Grupo Coletivo 14 de Agosto. Temos ainda muitas dificuldades a serem

superadas, mas nos orgulhamos de poder compartilhar o que temos de melhor e o que conseguimos avançar no decorrer da nossa história. Este trabalho foi desenvolvido pelo Grupo sobre o Grupo, tendo sido muito produtivo, gratificante e valioso do ponto de vista do conhecimento. A construção coletiva a partir da metodologia da pesquisa-ação nos propiciou parar, pensar e escrever sobre nós mesmos, na perspectiva da reflexão e do avanço na construção do Grupo com todos os adultos, com as crianças e, principalmente, conosco, a juventude.

## CAMPO JUVENTUD Y PROTAGONISMO EN LUCHAS SOCIALES: EL 14 DE AGOSTO EXPERIENCIA COLECTIVA – RONDÔNIA

**Josiane Santos de Souza**

**Juliana da Silva Nóbrega (asesora)**

### RESUMEN

En este artículo presentamos la experiencia del Grupo Colectivo 14 de agosto, con el propósito de narrar el protagonismo que los jóvenes asumieron en el Grupo y en los movimientos sociales a los que pertenecen. El Grupo Colectivo está formado por familias que organizan el trabajo colectivamente en el campo. Además de que la cooperación está presente en la organización de la producción, el grupo también desempeña un papel político importante para enfrentar este modelo capitalista. Al comprender la importancia de la producción de conocimiento desde el punto de vista de aquellos que experimentan la experiencia, la perspectiva de la investigación-acción se utilizó como metodología. Teniendo en cuenta el problema de los jóvenes que abandonan la ciudad, es posible pensar en formas que contribuyan a la resistencia, como la autoorganización y la autonomía. Dados los informes y las entrevistas, se entiende y refuerza la importancia de asumir tareas que permitan a los jóvenes sentirse pertenecientes al entorno en el que viven, para crear espacios como el Colectivo que permita una mayor participación de los jóvenes como sujetos rurales. Se nota que la juventud está presente en todos los espacios del movimiento y en el Grupo Colectivo. Teniendo en cuenta que la escuela, el movimiento y el grupo son espacios de lucha y trabajo, tanto educativos como que, debido a esto, se crea una conciencia política y creemos en la educación como una práctica de libertad.

Palabras clave: Grupo Colectivo. Movimientos sociales. Jóvenes del campo.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Estélia. **A trajetória de luta e as experiências agroecológicas do assentamento “14 de agosto” em Ariquemes Rondônia**. 2016. 264 f. Dissertação (mestrado em geografia) universidade estadual paulista “Júlio Mesquita”, Instituto de

Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (territorial) São Paulo, 2016

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**, São Paulo :Brasiliense, 1981

BRUMER, Anita. **As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI**. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Orgs.). juventude rural, cultura e mudança social. Chapecó: Argos, 2014.115-1

\_\_\_\_\_. **A problemática dos jovens rurais na pós modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). Juventude rural e perspectiva. Rio de Janeiro: Manuad X, 2007. 35-51.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**, Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação do campo**. in. CALDART. et al. Dicionário da educação do campo . Rio de Janeiro. Expressão popular. 2012. 257-25.

CAPRILES, René: **Makarenko o nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo: editora Spicione, 1989,

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2018**, Rio de Janeiro IPEA 2018,

COSTA, Maria Candida de Oliveira. **Integrando e capacitando a juventude no Brasil: estudo de caso dos jovens do MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo**. 2011. 289 f.tese ( Doutorado) Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educacao, São Paulo, 2011.

ENGEL, Tatiana Gerhardt; TOLFO, Denise Silveira. **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do SUL, Porto Alegre, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educacao como pratica da liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1987.

GONCALVES, Jana Rossato. **juventude rural: trajetórias de vida conectadas por um ideal social**, 2015, 134 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural. Rio Grande do Sul, 2013.

IBGE. Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. 2019. disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho> . Acesso em: 18 jun. 2019.

MAKARENKO, Anton / G. N. Filonov; Carlos Bauer, Ester Buffa (orgs.). **Poemas pedagógicos** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MITSUE, Morissawa. **A história da luta pela terra e o MST**. Expressão popular, São Paulo. 2001

MOLINA, Monica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questão para reflexão**. Ministério do desenvolvimento agrário, 2006.

NÓBREGA, Juliana Silva da; **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas, no “grupo coletivo 14 de agosto”**, em Rondônia. 2013. 277 f. Tese (doutorado- programa de pós- graduação em psicologia. Área de concentração: psicologia social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo 2013.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marilis. **Educação básica do campo**. In. CALDART. et al. Dicionário da educação do campo . Rio de Janeiro. Expressão popular. 2012. 237-244.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira: **Luta territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense(1970-2010)**. Tese (doutorado em geografia) Universidade Federal de Uberlândia, programa de pós-graduação em geografia. Uberlandia,2011

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**, São Paulo: Cortez, 1986